



Universidades Lusíada

Graça, Pedro Borges

A área dos estudos estratégicos

<http://hdl.handle.net/11067/2483>

<https://doi.org/10.34628/cay7-4286>

Metadados

Data de Publicação

2014

Resumo

Este ensaio visa ser um contributo para a definição e delimitação da área dos Estudos Estratégicos quanto ao seu objecto e metodologia. É sublinhado o facto de os Estudos Estratégicos não serem uma disciplina exclusivamente focada nos assuntos militares. Em tempo de paz a competitividade que envolve instituições e Estados reflecte uma realidade de conflitualidade não-armada onde se entrecruzam factores políticos, económicos e culturais. Neste contexto é dinâmico o debate em torno da relação dos ...

Palavras Chave

Estratégia

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 10 (2014)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:20:05Z com informação proveniente do Repositório

A ÁREA DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Pedro Borges Graça
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade de Lisboa
pbgraca@gmail.com

Resumo: Este ensaio visa ser um contributo para a definição e delimitação da área dos Estudos Estratégicos quanto ao seu objecto e metodologia. É sublinhado o facto de os Estudos Estratégicos não serem uma disciplina exclusivamente focada nos assuntos militares. Em tempo de paz a competitividade que envolve instituições e Estados reflecte uma realidade de conflitualidade não-armada onde se entrecruzam factores políticos, económicos e culturais. Neste contexto é dinâmico o debate em torno da relação dos Estudos Estratégicos com os Estudos de Segurança e outros *area studies* no âmbito das ciências sociais. Assim, é aqui proposta uma reformulação do enquadramento interdisciplinar dos Estudos Estratégicos e apontada a perspectiva central que nos coloca na posição de abordagem do que podemos designar de *lógica estratégica*, isto é, da Estratégia como fenómeno transversal da realidade social enquanto ciência e arte desenvolvida e executada por actores sociais que buscam a aquisição e consolidação de Poder.

Palavras-chave: *area studies*; conflitualidade não-armada; convergência interdisciplinar; competitividade; lógica estratégica.

Abstract: This essay aims to clarify the definition of the area of Strategic Studies in what concerns its approach and methodology. The fact that Strategic Studies is not exclusively focused in military problems is underlined. In peacetime competitive reality is much more a “non-armed conflictuality” situation stimulated by political, economic and cultural factors. In this context there is a vivid debate on the interdisciplinary condition of Strategic Studies and its connections with Security Studies and other *area studies*. Therefore this essay finishes with a proposal for an interdisciplinary framework of Strategic Studies and a *strategic logic* approach that sees Strategy as a cross-cut phenomenon of social reality used both as science and art by social actors whose goals are the acquisition and consolidation of Power.

Keywords: *area studies*; competitiveness; interdisciplinary convergence; non-armed conflictuality; strategic logics.

*One danger in Strategic Studies
is missing the political forest
for the military trees*

Richard Betts

Qualquer investigador que trabalhe na área dos Estudos Estratégicos vê-se hoje confrontado com a questão da definição e delimitação destes relativamente ao objecto de estudo. A dúvida que de imediato se apresenta é a de se saber se a abordagem deve estar principalmente focada nos assuntos militares ou não. A resposta, também imediata, é a de que no passado assim era mas hoje não. Continua obviamente a existir, sobretudo numa perspectiva de relações internacionais, uma corrente de pensamento predominantemente militar nos Estudos Estratégicos, expressa através de instituições militares de ensino e investigação, centros universitários, think tanks e revistas especializadas como *The Journal of Strategic Studies* ou a *Comparative Strategy*, ambas fundadas em 1978. Nessa linha se insere também o manual de referência, publicado pela Routledge em 2008, *Strategic Studies: A Reader*, coordenado por Thomas Mahnken e Joseph Maiolo.

Contudo, a Estratégia enquanto ciência (e/ou “arte”, como se problematiza e debate constante e obrigatoriamente) entrou também com força nos anos 70-80 do século passado nas áreas da gestão de empresas e das políticas públicas, tornando-se consequentemente matéria de reflexão sobre o fenómeno da *competitividade*, e inevitavelmente da espécie de *conflitualidade não-armada* que essa competitividade gera, entre actores com interesses confluentes e com necessidade de optimizarem os seus processos de tomada de decisão. Esta abordagem revelou-se desde logo na *Harvard Business Review* e causou o aparecimento de revistas especializadas como o *Strategic Management Journal* em 1980 e depois o *Journal of Economics and Management Strategy* em 1992, e mais recentemente, em 2008, o *Journal of Strategy and Management* que enuncia editorialmente a cobertura de “all facets of strategic management in both private and public organizations”, listando as consequentes subáreas de estudo.¹

¹Strategic decision making; competition; alliances and partnering; networks; mergers and acquisition; joint ventures; culture; new ventures; innovation; entrepreneurship; creativity; globalization; learning; knowledge management; resource leverage; environment and sustainability; leadership; corporate social responsibility; technology and its impact; future foresights and; strategy implementation.

<http://www.emeraldinsight.com/products/journals/journals.htm?id=J SMA>

Deste modo, os Estudos Estratégicos viram a sua área alargada e mesmo solidificada com o contributo das perspectivas e conceitos daquelas ciências. Os “estrategistas”, isto é, os cultores desta área de estudos, têm assim hoje de aplicar uma metodologia necessariamente interdisciplinar, eclética, que torne não só efectivos os conceitos operacionais das suas respectivas abordagens, face ao objecto entretanto definido e delimitado no conjunto de problemas específicos integrantes da complexidade da realidade social, mas também que torne claro o seu discurso metodológico no quadro dos parâmetros da objectividade científica.

Com efeito, a interdisciplinaridade é o fundamento científico dos Estudos Estratégicos pois estes são parte integrante dos *Area Studies* cujas origens remontam aos *Oriental Studies* britânicos contemporâneos da 1ª Guerra Mundial, contexto em que precisamente ocorreu a fundação em 1916 da School of Oriental Studies. Seriam porém os americanos que lançariam as bases sólidas dos *Area Studies* na 2ª Guerra Mundial quando as “informações militares” tiveram necessidade de organizar e sistematizar em regiões e temas a informação relativa ao teatro de guerra mundial geograficamente diverso e culturalmente heterogéneo. Uma solução encontrada foi o Office of Strategic Services (OSS), com o qual colaboraram cerca de 900 académicos no âmbito do seu *Research and Analysis Branch*, entre os quais, por exemplo, William Langer, John Clive e Arthur Schlesinger de Harvard, Sherman Kent de Yale, Gordon Craig de Princeton e Stanford, e mesmo Herbert Marcuse, o posterior “revolucionário” da Universidade da Califórnia.² No final da guerra esses académicos regressaram à Universidade e replicaram em novos departamentos a nova forma de organizar e sistematizar a informação necessária à produção de Conhecimento, “movimento” que acabou por exercer acentuada influência na organização científica e pedagógica universitária um pouco por todo o mundo.

Os Estudos Estratégicos resultaram portanto deste movimento universitário americano e anglófono, partindo substancialmente do conceito de Estratégia preconizado por Clausewitz, mas passando a ser aplicado e problematizado por civis, universitários, informados e enformados pela experiência militar que tiveram durante a 2ª Guerra Mundial. Enquanto objecto de estudo, da *guerra como continuação da política* passou-se à *política como continuação da guerra*, numa situação de “paz impossível, guerra improvável”, como Raymond Aron cunhou a chamada Guerra Fria.

O termo específico *estudos estratégicos* passaria contudo apenas a ser frequentemente usado uns anos mais tarde, optando-se antes pelo termo *estratégia* nas duas primeiras décadas a seguir à guerra, conceito que se “civilizou” assim no sentido em que passou a ser operacionalizado por civis. Tornou-se clássico e modelar o artigo de Bernard Brodie, *Strategy as a Science*, publicado em 1949 na revista *World Politics*, onde apontava a necessidade de se definir um enquadramento teórico para a Estratégia segundo o modelo da Economia que

² <https://www.cia.gov/news-information/featured-story-archive/2010-featured-story-archive/oss-research-and-analysis.html> e <http://www.cia-on-campus.org/history/oss.html>

apresentava “*significant parallels to strategy*”, notando “*the similarity of objectives between the two fields*” (Brodie. 2008 [1949]: 12). Brodie relembra também a proposição do francês Clemenceau de que a guerra é um assunto demasiado importante para ser tratado exclusivamente pelos Generais (idem: 8), e deste seu artigo se infere a interdisciplinaridade da Estratégia integrando, com a Economia, a História, a Ciência Política e as Relações Internacionais. Na verdade, Brodie estava sobretudo preocupado com a forma como se lidava com o cenário de guerra em tempo de paz, reflectindo portanto sobre a interacção Guerra-Política postulada por Clausewitz e tendo principalmente em vista a União Soviética e o problema nuclear, ou seja, as “armas estratégicas”. Como observou meio século depois Richard Betts, “*Brodie had in mind an instrumental science for solving practical problems*” (1997:10).

Meio século depois, o tempo de duração da Guerra Fria, no número comemorativo do 50º aniversário da revista *World Politics*, contemporâneo da implosão soviética e da breve ilusão da “paz perpétua” que parece ter encantado muitos nessa altura, Richard Betts defendia então a necessidade de os Estudos Estratégicos “sobreviverem”. Neste artigo, que se tornou também uma referência, Betts explica como a *estratégica como ciência* evoluiu desde Brodie, quais as fases e protagonistas individuais e institucionais - numa tradicional perspectiva *americanocêntrica* e *anglocêntrica* - e a forma como esta área entretanto designada naturalmente de *estudos estratégicos* foi abrindo a definição e delimitação do seu objecto de estudo em interacção com o reforço da sua interdisciplinaridade (idem: passim).

Ora, a interdisciplinaridade requer precisamente desde então e ainda hoje, aos *estrategistas*, um esforço continuado de reflexão sobre os Estudos Estratégicos enquanto abordagem especializada capaz de produzir conhecimento. Como qualquer outra abordagem científica, a sua autonomia advém da existência de um conjunto de temas e problemas novos que lhe são específicos, à semelhança do que observa Adriano Moreira a propósito das Relações Internacionais:

“Um remédio para o exame de problemas novos, ou vistos de novo, e que rompem as tradicionais definições dos campos de estudo e respectivas técnicas, é a convergência dos especialistas, com as suas específicas perspectivas, para o exame em comum da questão. Esta convergência interdisciplinar será normalmente o passo inicial de uma futura definição autónoma de um novo objecto, de novas metodologias, de uma nova disciplina.” (1997:20)

No caso das Relações Internacionais, estas adquiriram autonomia da Ciência Política e do Direito Internacional entre as duas Guerras Mundiais conforme explica ainda Adriano Moreira, por se concentrarem no *fenómeno da guerra*, apontando *Paix et Guerre entre les Nations*, de Raymond Aron, publicado em 1962, como “um dos livros que datam a autonomia científica das relações internacionais” (idem: 16).

Contudo, note-se que *autonomia* não deve ser confundida com *estagnidade*, e por isso mesmo não parece gerar grande debate o facto de as Relações Internacionais interagirem em grande medida com a Ciência Política e o Direito Internacional, assim como com outras ciências sociais e humanas correlacionadas.

Precisamente no caso dos Estudos Estratégicos, estes autonomizaram-se nos Estados Unidos a partir de uma perspectiva tradicional e estritamente militar e da dinâmica tripartida mas interactiva do Direito Internacional, Ciência Política e Relações Internacionais, sobretudo desta última área, e com o auxílio incontornável da História, tendo por objecto a *realidade da guerra* que, epistemologicamente, não é possível dissociar da *realidade da paz*. O primeiro autor a datar essa autonomia foi precisamente Bernard Brodie com *The Atomic Bomb and American Security* (1945) e *The Absolute Weapon* (1946), assinalando o novo problema da *guerra nuclear*. Em 1949, em *Strategy as a Science*, já referido anteriormente, Brodie definiria com maior precisão o novo objecto de estudo e por consequência a nova área científica da Estratégia, posteriormente também designada de Estudos Estratégicos:

“In the narrower military sense, strategy deals only with mobilized resources and is concentrated upon achieving victory over a specific enemy under a specific set of political and geographic circumstances. But strategy must also anticipate the trails of war, and by anticipation to seek where possible to increase one’s advantage without unduly jeopardizing the maintenance of peace or the pursuit of others values. This broader enterprise, which might be called “security policy”, can be construed to cover the total preparation for war as well as the waging of it. It would thus deal – though with clearly defined and limited objectives – with political, social, and economic as well as military matters in both domestic and foreign contexts.”
(op.cit.:13)

Tendo presente o novo problema da *guerra nuclear*, é pois a partir desta perspectiva que os Estudos Estratégicos irão distinguir-se das Relações Internacionais e também da Estratégia exclusivamente militar preocupada com a tática e a tecnologia, fazendo convergir especialistas de diversas disciplinas: historiadores, politólogos, economistas, matemáticos e físicos.

Numa primeira fase, que decorreu até aos anos 70, o foco esteve na questão da *dissuasão* e da gestão dos programas de defesa relativamente à União Soviética. Proliferaram os centros de investigação especializados, relegando para segundo plano, em nome do *realismo*, o Direito Internacional e as Relações Internacionais (Betts. 1997:13). A Força Aérea promoveu a criação da *Rand Corporation*, isto é, Research and Development Corporation, e o *Committee on National Security Research* do *Social Sciences Research Council* passou a financiar intensivamente a investigação em Princeton, Columbia, Harvard e no MIT, onde entre outros se destacaram Herman Kahn, Kenneth Waltz, Samuel Huntington e Henri Kissinger. Nas palavras de Richard Betts, “strategy became big business” (ibidem). Numa segunda fase, a partir dos anos 70, contemporânea do problema do Vietnam e do movimento pacifista, os Estudos Estratégicos vêem a *dissuasão* perder importância para a *détente* assim como por isso mesmo o seu próprio relevo para as Relações Internacionais. Porém, nos anos 80, a *détente* passa a conviver um tanto paradoxalmente com uma dinâmica de ressurgimento da *guerra fria*, correspondendo à administração de Ronald Reagan, que entretanto despertou o interesse pelos *intelligence studies*, e em especial pela *strategic intelligence*, fruto de uma vaga de desclassificação de documentos relativos à 2ª Guerra Mundial, assim como do interesse progressivo pelos *security studies*, cuja

fronteira disciplinar com os *strategic studies* passou a ser alvo de um constante debate que se mantém até hoje. Mas ao mesmo tempo, com o *impasse nuclear* e a *perestroika*, avivou-se o interesse pela estratégia clássica, como observa Richard Betts, no sentido em que os *estrategistas* começaram a trabalhar cenários de um ataque convencional às forças da NATO, partindo de análises comparativas de casos históricos e investigando também os factores políticos, económicos, sociais, tecnológicos e organizacionais (idem:19-20), aliás, na linha, acima referida, que traçara Bernard Brodie.³

Foi nessa fase também que a Estratégia, tendo em vista o fenómeno da *competitividade*, passou a congregiar fortemente o interesse da gestão de empresas e das políticas públicas. Na transição dos anos 70 para os 80, Michael Porter foi pioneiro nesta abordagem com *Interbrand Choice, Strategy and Bilateral Market Power* (Harvard University Press, 1976), resultante da sua tese de doutoramento, *How Competitive Forces Shape Strategy*, (Harvard Business Review, March/April 1979) e *Competitive Strategy* (Free Press, 1980). É de assinalar que a formação de base de Porter foi em Engenharia Mecânica e Aeroespacial, em Princeton, um dos centros de expansão dos Estudos Estratégicos focados no problema da *guerra nuclear*, e daí muito provavelmente a sua originalidade de aplicação de uma série de conceitos à gestão de empresas como *strategic formulation, established combatants, strategic decision* e *strategic posture* (Porter. 1979: 2, 6).⁴ De facto, Porter lançou a reflexão estratégica sobre a competitividade entre empresas e outras instituições enquanto realidade de *conflitualidade não-armada*. As ideias de *guerra* e de *estratégia* passaram assim a fazer parte do quotidiano dos gestores anglófonos, os quais, ao longo dos anos 80, foram descobrindo *A Arte da Guerra* de Sun Tzu, primeiro através da edição de James Clavell em 1983 e depois em grande medida através do filme *Wall Street* lançado em Dezembro de 1987.⁵

O final da Guerra Fria abalou o vigor da vertente militar dos Estudos Estratégicos durante os anos 90, até efectivamente 11 de Setembro de 2001. Com efeito, a administração Clinton interiorizou o espírito de “paz perpétua” da época e começou a dar especial atenção à competitividade económica internacional face aos novos e potenciais mercados emergentes, por exemplo redireccionando prioritariamente a CIA no sentido da espionagem e contra-espionagem

³ Richard Betts chama também a atenção para o facto de nessa mesma altura terem sido reeditadas e actualizadas várias obras sobre estratégia clássica, como Peter Paret (ed) (1986) *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*, Princeton University Press (uma actualização de Edward Mead Earle (ed) (1943), *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*, Princeton University Press); Harry Summers (1982), *On Strategy*, Presidio Press; e Michael Handel (ed.) (1986) , *Clausewitz and Modern Strategy*, Frank Cass.

⁴ Note-se também que Michael Porter desenvolveu o seu trabalho na esteira de dois precursores da aplicação da Estratégia à gestão de empresas: Alfred Chandler, *Strategy and Structure: Chapters in the History of the American Industrial Entrepresise* (MIT Press, 1962), que foi Oficial da Marinha dos Estados Unidos durante a II Guerra Mundial, numa unidade de gestão da logística e abastecimento da frota do Atlântico; e Igor Ansoff, *Corporate Strategy* (McGraw-Hill, 1965), que trabalhou na Rand Corporation e na Lockheed.

⁵ O introdutor de Sun Tzu em Portugal foi o General Pedro Cardoso que, ainda durante a guerra colonial, realizou uma tradução da edição inglesa de Oxford de 1963 (*Sun Tzu, A Arte da Guerra*, Bissau, 1972, edição de Pedro Cardoso, 190 folhas ciclostiladas).

económica (Graça. 2010: 260-261,300-302). A interrogação de Richard Betts nessa altura a respeito da “sobrevivência” dos Estudos Estratégicos, revelava sobretudo preocupação com a vertente militar. Aqueles, todavia, iriam não só sobreviver mas também, mais que isso, reforçar a sua perspectiva interdisciplinar por via do conceito transversal de *segurança* no âmbito dos *area studies*. Com efeito, nos anos 80-90, para além das revistas académicas de *strategic management* acima referidas, o nexó *estratégia-segurança* (e o correlacionado *segurança-intelligence*) gerou uma série de outras revistas como *Intelligence and National Security* (1986), *The International Journal of Intelligence and Counter-Intelligence* (1986), *Security Journal* (1989) e *Security Studies* (1991) – estas duas na esteira da precursora *International Security* (1976) – e *Strategic Comments* (1995), abrindo-se inclusivamente ao público a pioneira *Studies in Intelligence*, editada interina e secretamente pela CIA desde 1955 mas desclassificada parcialmente a partir de 1992 (Graça. 2009: 17-18).⁶

O 11 de Setembro de 2001 veio baralhar completamente o quadro de reflexão estratégica sobre a chamada *national security* dos Estados Unidos, e por consequência também da Europa, ademais com o 11 de Março de 2004 em Madrid e o 7 de Julho de 2005 em Londres, concretamente face ao que se passou a designar de *novas ameaças*, dentre as quais adquiriu especial protagonismo o fenómeno do *terrorismo transnacional*. As principais linhas de investigação dos Estudos Estratégicos nos Estados Unidos e no Reino Unido - donde decorre a maior parte da influência académica nesta área, com as correspondentes revistas especializadas em língua inglesa que o eixo anglo-americano tem conseguido impor globalmente como referência científica - adaptaram-se pois à formulação de um *novo conceito de segurança nacional* pensado à escala global e precisamente preocupado com as *novas ameaças*. Consequentemente, integrando na análise factores políticos, económicos, sociais e culturais do fenómeno, em grande medida estes últimos suscitados pelas intervenções militares no Iraque e Afeganistão, a “fronteira disciplinar” já de si flexível dos Estudos Estratégicos no âmbito das Ciências Sociais entrelaçou-se ainda mais com as de outros *area studies*, integrando perspectivas e conceitos difíceis de distinguir em muitos aspectos não só dos Estudos de Segurança mas também dos Estudos do Conflito, Estudos de Defesa, Estudos da Guerra, Estudos de Informações, Estudos Militares, Estudos da Paz, Estudos do Terrorismo e dos emergentes Estudos da Competitividade. A impossibilidade epistemológica de delinear fronteiras precisas ou nítidas entre estas áreas é um facto, sendo ademais evidente que o *conceito de segurança* se situa num patamar transdisciplinar ou mesmo “supradisciplinar” (Graça.2009:19).

Os Estudos Estratégicos têm assim sido tradicionalmente confrontados com o problema da definição e delimitação do seu objecto, tendo desde logo de esclarecer a sua interligação com os Estudos de Segurança, os quais, por causa da sua *condição supradisciplinar*, vão desde as questões abrangentes da *segurança nacional* às mais específicas da *segurança da informação* ou da *segurança económica*. O problema é aliás “genético” e tem sido abordado pelos principais autores da área e das outras áreas afins. Bernard Brodie, o iniciador da área

⁶ Cfr. <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB431/>

após a 2ª Guerra Mundial, como foi acima referido, não deixou no seu artigo fundador de enquadrar a Estratégia, enquanto ciência, na “security policy”. Mas a verdade é que é praticamente impossível encontrar na literatura científica uma explicação fundamentada sobre a existência de uma diferença clara entre Estudos Estratégicos e Estudos de Segurança. O debate mantém-se portanto em aberto e a generalidade dos autores e textos de referência não deixam de abordar obrigatoriamente essa relação. Colin Gray é categórico (2006:34-35):

“The proposition that there are security, or international security, studies, distinct from strategic studies, is a fashionable idea that is interesting but not powerfully plausible. (...) Properly conceived and pursued, strategic studies have always been security studies.

(...)

The notion that strategic studies usefully can be separated from a much more broadly conceived “security studies” is a fallacy which should be resisted.

(...)

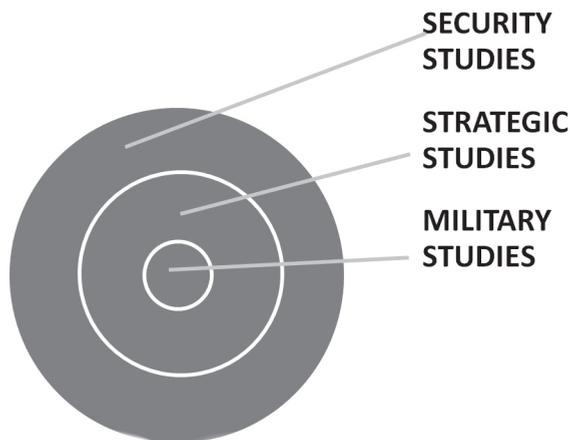
Viewed quite strictly as an academic field of enquiry and as a subject to be taught in universities, strategic studies requires no justification other than its arguable merit for the training of minds and as a contributor to the general republic of knowledge.”

Na linha esboçada por Bernard Brodie, esta perspectiva, de os Estudos Estratégicos serem enquadrados pelos Estudos de Segurança, tornou-se assim consensual entre os autores de referência. A propósito, Richard Betts (op.cit: 8-9) observa que uma razão fundamental da sobrevivência dos Estudos Estratégicos após o final da Guerra Fria se encontra na inerente e sempre actual problemática “clauswitziana” de como integrar a política e a guerra, isto é, de como tornar a força num instrumento racional de política, ao invés de morte sem sentido, por meio da convergência interdisciplinar da *gramática militar* com a *lógica política*, traçando o seguinte quadro geral da situação:

“For all these reasons, political science became the main academic home for the field, and the place of military affairs within it is periodically challenged.

Within a field of international relations constantly riven by sectarian debates about overarching frameworks like realism, liberalism, and their ‘neo’ variants, the murky boundaries of strategy fuel controversy. To clarify where strategic studies *should* fit, think of a subfield of three concentric circles: at the core is *military science* (how technology, organization, and tactics combine to win battles); the outer, most inclusive ring is *security studies* (everything that bears on the safety of a polity); and in the *middle* lies *strategic studies* (how political ends and military means interact under social, economic, and other constraints)”.

Embora não o tenha apresentando graficamente, o esquema de Betts é portanto o seguinte:



As suas palavras, como se pode observar, não são todavia completamente claras ou directas quanto à posição da Ciência Política e das Relações Internacionais neste esquema. É possível contudo depreender que porventura Betts tenha sugerido que os Estudos de Segurança estão enquadrados pelas Relações Internacionais e estas pela Ciência Política. É esse entendimento que foi expresso por John Baylis três anos depois, com o esquema abaixo, na introdução ao relatório do workshop sobre *Strategy in the Contemporary World* realizado pelo Institute for Joint Warfare Analysis da Naval Postgraduate School (apud Wirtz. 2000: 19):



Na verdade, os *Military Studies* não constavam logo neste esquema no relatório, mas viriam depois a serem acrescentados na versão do mesmo revista e editada por John Baylis, James Wirtz e Colin Gray, publicada pela Oxford University Press (New York) em 2002 com o título *Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies*.

De então para cá, os autores que debatem esta questão do enquadramento ou posicionamento interdisciplinar dos Estudos Estratégicos, sobretudo da

sua relação com os Estudos de Segurança, têm vindo a reproduzir tanto esta perspectiva de Baylis/Wirtz/Gray como a mais antiga e “minimalista” de Richard Betts, inclusivamente fora da área anglo-americana. É por exemplo explicitamente o caso do checo Petr Suchý, da Universidade de Masaryk, do “taiwandês” Wei-Hwa Chen, da Universidade de Ming Chuan, e do francês Matthieu Chillaud, da Universidade de Tartu na Estónia, e implicitamente dos brasileiros Domício Proença Júnior e Érico Esteves Duarte, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.⁷

Em Portugal, porém, este debate parece não ter sido suficientemente animado pelos autores que se têm dedicado ao estudo da Estratégia e ensino nas instituições de ensino superior quer militar quer civil. Talvez a razão resida no facto de que a quase totalidade desses autores são militares, ou ex-militares quando civis e universitários, e que portanto desde logo pressuponham os Estudos Estratégicos como uma área especificamente focada em assuntos de natureza militar (sobretudo, não exclusivamente, pois tem havido abordagens episódicas da componente empresarial, a última das quais na Revista Nação e Defesa abaixo referida). Veja-se como exemplo mais antigo que Abel Cabral Couto não entrou nesse debate, embora tenha abordado a problemática teórica e conceptual da relação entre a Estratégia e a Política (Couto. 1988: 195-221); e como exemplo mais recente o facto de o assunto também não ser abordado no número especial sobre Estratégia da Revista Nação e Defesa (AAVV.2014).

Não será porventura então exagerado afirmar que esse debate não tem sido suficientemente animado em Portugal pelos autores que se dedicam ao estudo da Estratégia. A proposição, no início deste ensaio, de que qualquer investigador que trabalhe na área dos Estudos Estratégicos se vê hoje confrontado com a questão da definição e delimitação destes relativamente ao objecto de estudo, será pois tanto mais verdadeira e problemática em Portugal – principalmente para os investigadores que iniciam os seus estudos nesta área – quanto menor for o grau de clareza da sua relação com os outros *area studies* afins. Na verdade, do ponto de vista metodológico quanto ao objecto de estudo a definir e delimitar, não basta ao investigador analisar somente e estritamente a relação entre Estratégia e Política, é necessário reflectir sobre a perspectiva abrangente da área dos Estudos Estratégicos e a correlativa noção da sua complexidade interdisciplinar, na qual precisamente se processa uma pluralidade de interacções disciplinares que traduzem epistemologicamente a realidade não só no que respeita aos factos

⁷ Cf Petr Suchý. 2003. Role of Security and Strategic Studies within International Relations Studies http://www.mocr.army.cz/mo/obrana_a_strategie/2-2003eng/suchy.pdf (originalmente SUCHÝ, Petr. Pozice bezpečnostních a strategických studií v rámci studia mezinárodních vztahů. Obrana a strategie, Brno: Ústav strategických studií VA v Brně, 2003, roč. 3., č. 2, s. 7-16. ISSN 1214-6463); Wei-Hwa Chen, 2010. Paradigm Shifts: Is Strategic Studies Still Relevant to the World Today <http://www.fhk.ndu.edu.tw/mediafile/833/fdownload/378/494/2010-6-30-10-46-25-494-nf1.pdf>; Matthieu Chillaud. 2012. Strategic Studies in France: Plus ça Change..., in Res Militaris, vol.3, n° 1, Autumn/Automne 2102 http://resmilitaris.net/ressources/10166/44/res_militaris_article_chillaud_strategic_studies_in_france.pdf; Domício Proença Júnior e Érico Esteves Duarte. 2007. Os Estudos Estratégicos como base reflexiva da defesa nacional, in Revista Brasileira de Política Internacional, 50 (1):29-46

políticos mas também aos económicos e sociais e culturais.

Assim, tendo em vista essa complexidade e retomando as perspectivas e correspondentes esquemas acima assinalados de Richard Betts e de Baylis/Wirtz/Gray, e mais concretamente este último por ser mais abrangente, note-se pelo menos em três questões que necessitam de debate e certamente clarificação: a autonomia disciplinar das Relações Internacionais; a posição central dos Estudos Militares; e a (des)conexão com os *area studies* afins.

A autonomia disciplinar das Relações Internacionais está consagrada; portanto, o seu enquadramento estrito na Ciência Política parece desajustado, sem prejuízo das interacções possíveis entre as duas disciplinas e o auxílio que a segunda possa prestar à primeira, por exemplo no que respeita ao conceito de *poder*. A posição nuclear dos Estudos Militares é redutora da perspectiva abrangente dos Estudos Estratégicos e do espectro de possibilidades de definição e delimitação tendencialmente casuística do objecto de estudo por parte dos investigadores; essa posição resulta de uma visão clássica da Estratégia historicamente veiculada por autores militares. A desconexão com os *area studies* afins é simplesmente evidente no esquema de Baylis/Wirtz/Gray e agrega as duas questões anteriores; o seu contrário - a conexão - representa sem dúvida o principal problema e desafio de qualquer proposta da sua revisão e reformulação.

Uma proposta ou hipótese de reformulação poderá pois ser a seguinte:



Neste esquema está patente a noção de que os Estudos Estratégicos se concentram no ambiente das Relações Internacionais mais do que serem estritamente enquadrados por esta disciplina - enquanto ciência social - que efectivamente os viu desenvolver no seu seio após a 2ª Guerra Mundial. Por outro lado, a posição nuclear anterior dos Estudos Militares encontra-se aqui integrada num conjunto de nove *area studies* temáticos afins passíveis de serem interseccionados de várias formas, conjunto esse que não é de modo algum fechado; pelo contrário, este encontra-se ainda aberto a toda a série de *area studies* geográficos. Traduzindo a realidade social, os Estudos Estratégicos apresentam

pois uma multidimensionalidade de relações possíveis, digamos, bilaterais ou multilaterais, numa dinâmica estruturante da *convergência interdisciplinar* observada por Adriano Moreira, como foi acima referido, que se pode representar da seguinte maneira:



CS (Competitive Studies); Cfs (Conflict Studies); DS (Defense Studies); IS (Intelligence Studies); MS (Military Studies); PS (Peace Studies); SS (Security Studies); TS (Terrorism Studies); WS (War Studies); XYZ (outros *area studies* temáticos e geográficos)

Neste perspectiva podemos portanto considerar como subáreas ou ramos dos Estudos Estratégicos os restantes *area studies temáticos*, funcionando estes como ângulos de abordagem interseccionados, em várias combinações possíveis, operacionalmente definidos quanto ao seu objecto de estudo. A mesma operação requer que se ultrapassem as dificuldades intrínsecas de delimitação das subáreas ou ramos, como as colocadas pela conjunção dos Estudos Militares, Estudos da Guerra e Estudos da Defesa, por exemplo, numa combinação possível relativamente a outras mais amplas ou mais restritas.

Os Estudos de Segurança requerem, por seu turno, uma observação especial porquanto se encontram no centro do debate por virtude da abrangência do conceito de *segurança*. Assim, podemos observar três níveis da sua interacção e interdependência relativamente aos Estudos Estratégicos: um nível holístico, tomando em consideração a sua *supradisciplinaridade*, que enquadra o conjunto das ciências sociais a partir da sua dupla dimensão etológica e antropológica, ou seja, enquanto fenómeno intrínseco à sobrevivência de qualquer indivíduo ou associação de indivíduos; um nível disciplinar, no sentido em que se encontra já consagrada a sua autonomia como *area studies*; e um nível que podemos designar de sectorial porque a sua própria condição holística lhe confere uma característica transversal a “sectores” das restantes disciplinas - inclusivamente não-sociais a partir da distinção anglófona entre *security* e *safety* -, ou seja, o conceito de

segurança reside em cada uma das restantes disciplinas, concretamente nos *area studies* geográficos e possivelmente outros temáticos, representados no esquema por X,Y,Z. Ora, numa abordagem interdisciplinar, é precisamente no nível disciplinar que os Estudos de Segurança se podem constituir como “ciência auxiliar” dos Estudos Estratégicos.

Mas, em suma, o que são os Estudos Estratégicos? Qual o seu objecto e metodologia? A perspectiva central dos Estudos Estratégicos é a que nos coloca na posição de abordagem do que podemos designar como *lógica estratégica*, isto é, da estratégia como um fenómeno transversal da realidade social enquanto ciência e arte desenvolvida e executada por actores sociais que buscam a aquisição e consolidação de Poder. As pessoas, grupos e instituições, estruturantes de Estados e Nações, os próprios Estados-Nação são actores sociais com *raciocínio estratégico* e portanto devemos investigar e analisar as suas respectivas visões, segredos, conceitos, pensamentos e planeamentos estratégicos, meios e modalidades de acção. Isto significa também que no objecto dos Estudos Estratégicos se situam a montante os núcleos de tomada de decisão e ainda os sistemas de gestão cada vez mais informatizados no que respeita aos fluxos de informação e respectivo controlo. Alianças, redes e muitas outras dinâmicas de *lógica estratégica* - como por exemplo o papel do conhecimento, da inovação e da tecnologia no processo de estruturação e projecção do poder nacional - são ainda outros aspectos específicos do seu objecto. Por outro lado é preciso também ter uma noção clara de que existem três categorias fundamentais de processo social - cooperação, competição e conflito- e de que estas não são mutuamente excludentes, ou seja, é possível dois actores terem simultaneamente relações de cooperação e de conflito, ou de cooperação e competitividade, sem que tal se apresente como uma contradição ou negação da realidade social.

Todas estas vertentes do objecto dos Estudos Estratégicos são abordáveis pelos métodos e técnicas das ciências sociais, especialmente através de conjunções interdisciplinares passíveis de serem formuladas para o efeito, sendo constante o recurso aos exemplos da História. Note-se todavia que os Estudos Estratégicos são uma disciplina focada no Presente e na evolução da conjuntura, sendo por isso metodologicamente muito útil, porventura mesmo fundamental, o conceito de *tempo trívio*. Este permite compreender que um actor social é no Presente o resultado do Passado acontecido até esse momento e ao mesmo tempo do Futuro em vias de acontecer e que também nesse momento está a ser projectado face às circunstâncias existentes (Graça.2010:19ss). O *tempo trívio* de cada um dos actores sociais e do conjunto numa dada situação abre-nos assim a perspectiva da sua complexidade relacional e posicionamento estratégico face aos concorrentes.

Com efeito, na *lógica estratégica* não há situação sem competição, com tendência para o conflito, e em tempo de paz a constante é a *conflitualidade não-armada*. Na verdade, esta é o objecto nuclear dos Estudos Estratégicos em tempo de paz quando extirpado da componente militar. Mas note-se que a “floresta” não é tão exclusivamente política quanto Betts a caracteriza. É também económica e cultural.

Referências Bibliográficas

- AAVV. 2014. *Estratégia*, número especial da Revista Nação e Defesa, nº 136, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional
- BETTS, RICHARD. 1997. Should Strategic Studies Survive? in *World Politics*, 50, October 1997, 7-33
- BRODIE, BERNARD [1949], Strategy as a Science, in Mahnken, Thomas & Maiolo, Joseph (Eds). 2008. *Strategic Studies: A Reader*, London/New York, Routledge, 8-21
- COUTO, ABEL CABRAL. 1988. *Elementos de Estratégia*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares
- GRAÇA, PEDRO BORGES. 2010. *Mundo Secreto. História do Presente e Intelligence nas Relações Internacionais*, Luanda, Instituto de Informações e Segurança de Angola
- GRAÇA, PEDRO BORGES. 2009. Os Estudos de Informações e de Segurança na Universidade, in Manuel Valente (Coord.), *Urbanismo, Segurança e Lei*, Tomo II, Coimbra, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna / Livraria Almedina, pp. 15-29
- GRAY, COLIN S. 2006. *Strategy and History. Essays on theory and practice*. London/New York, Routledge
- MAHNKEN, THOMAS & MAIOLO, JOSEPH (Eds). 2008. *Strategic Studies: A Reader*, London/New York, Routledge
- MOREIRA, ADRIANO. 1997. *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Livraria Almedina
- PORTER, MICHAEL E. 1979. How Competitive Forces Shape Strategy, in *Harvard Business Review*, March-April 1979/ Reprint July-August 1997.
- WIRTZ, JAMES (Ed.). 2000. *Strategy in the Contemporary World*, Monterey, Institute for Joint Warfare Analysis/Naval Postgraduate School (Workshop Report) <http://edocs.nps.edu/npspubs/scholarly/TR/2001/NPS-IJWA-01-005.pdf>